

Assembléia da Adusp aprova indicativo de greve em agosto, contra a reforma da Previdência

Em 24/6, a Assembléia da Adusp priorizou a discussão da luta contra a reforma previdenciária (PEC 40). Estabeleceu-se indicativo de greve a ser deliberado na primeira quinzena de agosto, com o intuito de barrar a aprovação da reforma pelo Congresso Nacional.

Ficou definido, ademais, que a Adusp participará dos atos organizados pela articu-

lação dos três fóruns de entidades paulistas de servidores públicos em defesa da Previdência Pública. As próximas manifestações estão previstas para o dia 8/7, quando será deflagrada a greve dos servidores federais.

Também está sendo avaliada uma proposta de “Caravana dos 100 mil”, ainda em discussão entre as categorias, com sugestão de se

realizar em 16/7 um grande protesto, em Brasília, contra a reforma da Previdência.

Além disso, Assembléia da Adusp enxerga como necessárias as seguintes medidas: instar as Congregações a se manifestarem contra a reforma da Previdência; promover debates nas unidades; e buscar envolver os estudantes nessa luta.

Na mesma Assembléia, foi

eleita a delegação da Adusp ao 46º Conselho Nacional das AD's (Conad), realizado em Vitória (ES) entre 27 e 29/6, e que teve como tema central a Previdência. O professor Américo Kerr, presidente da Adusp, foi eleito delegado, e os professores César Augusto Minto, 2º vice-presidente da Adusp, e Lighia Matsushigue, foram eleitos observadores.

IME condena a PEC 40

A Congregação do IME aprovou, no dia 26/6, moção manifestando “preocupação com o conteúdo e o mérito da PEC 40, bem como com os rumos que o debate está tomando no âmbito do Congresso Nacional e opinião pública”.

A moção ora aprovada pelo IME é de idêntico teor à aprovada por unanimidade no Conselho Universitário da Unicamp, em 27/5.

Ainda de acordo com a moção do IME, “a proposta apresentada pelo governo federal coloca em risco o futuro das universidades públicas, na medida em que provoca grande evasão de docentes e pesquisadores experientes”.

“Preocupa-nos ainda a intensa e indevida campanha publicitária contra as instituições públicas e seus servidores, associada ao fato de que a essência do projeto encaminhado é totalmente voltada aos aspectos econômicos e fiscais, desprezando o necessário caráter social de um sistema de Previdência”.

Esalq repele desconto adicional de 5%

Na sua reunião de 26/6 a maioria absoluta da Congregação da Esalq solicitou a convocação de reunião extraordinária para deliberar sobre manifesto de repúdio à aprovação da Lei Complementar 943, que institui a contribuição adicional de 5% dos salários para a aposentadoria. Diante do conteúdo injusto da lei, a Congregação da Esalq tende a manifestar-se com firmeza contra este confisco — dos salários dos servidores e de parte expressiva do orçamento da USP.

Na reunião os docentes manifestaram também preocupação quanto ao teor dos artigos veiculados pelo *Jornal da USP* na edição 646, de 23-29/6/03, referentes à PEC 40. As matérias trazem intranquilidade e nenhuma certeza quanto à eventual garantia de direitos adquiridos: a opinião do secretário do Ministério da Previdência é contraditória e não exprime o que está na PEC 40.

Acinte

A publicação parece favorável à posição do governador no texto intitulado “Reforma passa na Assembléia” e dá destaque ao argumento falacioso de que “o problema da Previdência está levando o Estado, e até mesmo o País, a uma estagnação de renda e consumo”. Isto é um acinte à verdade e uma tentativa óbvia de esconder os reais objetivos destas propostas: fazer caixa e abrir o caminho para a contribuição compulsória a fundos de pensão privados. Faltou ao *Jornal da USP* dizer quanto será retirado da folha dos servidores da USP para destinar ao Tesouro do Estado.

A proposta de um manifesto de repúdio à aprovação da lei confiscatória de 5% dos salários para fins previdenciários não foi aprovada nesta reunião por não constar da ordem do dia.

Diante desta impossibilidade técnica, 55 docentes subscreveram o pedido de uma reunião extraordinária

em seguida à reunião ordinária e até 30/6/03.

Congregação do IF

A Congregação do IF, por sua vez, aprovou em 26/6 um manifesto que denuncia a LC 943: “O funcionalismo público do Estado de São Paulo foi surpreendido, no dia 16 de junho passado, pela aprovação da lei que institui a contribuição social de 5% para a Previdência, que passa a vigorar noventa dias após a sanção pelo governador. Dessa forma, o desconto para a seguridade social passa a ser de 13% sobre a remuneração total dos servidores públicos”.

De acordo com o manifesto do IF, a legitimidade dessa lei “é questionável, quando se compara o desconto com o dos demais funcionários, que pagam menos”. Portanto, a Congregação do IF vem manifestar publicamente sua posição contrária à cobrança de 13% para a seguridade social”.

Alckmin sanciona confisco de mais 5%

Adusp questiona legalidade da Lei 943 e pode recorrer à Justiça

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) sancionou, em 24/6, a Lei Complementar 943, que institui uma contribuição previdenciária de 5% do salário (inclusive o 13º) dos servidores estaduais na ativa. A lei entra em vigor 90 dias após, ou seja, passa a valer para a folha de pagamentos de setembro, a ser paga em outubro.

A nova legislação foi aprovada “a toque de caixa”, em regime de urgência, sem qualquer debate sério com o funcionalismo. Em menos de 30 dias o PL 9 entrou na Assembléia Legislativa e foi aprovado pela maioria governista, tornando-se a LC 943.

Contestação

A diretoria da Adusp acredita ser necessário, e possível, resistir à política do “fato consumado” imposta pelo governo estadual. Uma das alternativas é verificar, no plano jurídico, a possibilidade de questionar a legalidade do processo (**leia quadro nesta página**).

Uma diferença importante entre os contratos de tra-

balho do setor público e do setor privado é que os trabalhadores do setor privado contribuem para a seguridade social com 11%, até um limite de 171 reais, enquanto o funcionário público estadual, com a nova lei, passa a contribuir com 13% do seu salário integral!

Pelo sistema atual, o funcionário paulista já contribui com 6% para o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp), e outros 2% para o Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (Iamspe). Assim, com a nova lei, a contribuição total atingirá 13%.

A LC 943 pode representar apenas o início da reforma previdenciária em São Paulo. Caso o Congresso Nacional aprove a PEC 40 do governo Lula, o Estado deverá criar um fundo privado de previdência para os servidores estaduais, que dependerá de legislação específica.

Repressão

No dia da aprovação do PL 9, 16/6, 800 manifestantes estavam presentes à Assem-

Jurídicos das entidades do funcionalismo reúnem-se

Foi realizada em 24/6/2003, por iniciativa da Adusp e Fórum das Seis, a primeira reunião entre assessorias jurídicas das entidades do funcionalismo público estadual. A pauta da reunião foi a discussão da Lei Complementar 943, de 23/6/2003, que institui a cobrança de contribuição previdenciária de 5% dos servidores públicos paulistas, que deve entrar em vigor em 90 dias. Compareceram à reunião advogados e dirigentes de dez entidades, entre elas a Adusp.

O objetivo da reunião foi estabelecer um consenso entre os advogados das entidades sindicais sobre as formas de enfrentamento e os fundamentos jurídicos para

impugnar judicialmente a lei, numa tentativa de organizar uma iniciativa coletiva de enfrentamento jurídico.

Deliberou-se por uma nova reunião a se realizar na terça-feira, dia 1º/7, quando se tentará o contato com um jurista de renome da área tributária e processual para dirimir algumas dúvidas, e serão definidas medidas judiciais cabíveis e aspectos procedimentais da ação.

Serão procuradas ainda outras entidades de servidores públicos, para compor essa mesa de debates e enriquecer a discussão, possibilitando uma via conjunta de ação judicial de qualidade da qual tomaria parte o maior número possível de categorias de servidores públicos.

bléia Legislativa, porém 500 deles foram impedidos de entrar, e protestaram do lado de fora. O acesso ao plenário foi

limitado pelo presidente da AL, Sidney Beraldo (PSDB). A PM usou 240 soldados na repressão aos manifestantes.

“Sou aposentado mas não inativo”, diz o professor Setembrino Petri

A Adusp recebeu uma carta do professor Setembrino Petri, do Instituto de Geociências da USP, a propósito da reforma da Previdência. O professor, que tem 80 anos e continua a dar aulas na pós-graduação do IG, considera a PEC 40 “desastrada”. Destaca que, para aqueles que, como é o seu caso, continuam ativos mesmo após a aposentadoria, a reforma resultará em redução salarial. A seguir, a carta do professor, na íntegra:

“A desastrada proposta de reforma da Previdência

apresentada pelo governo federal tem sido objeto de questionamento de muitos com vivência dos problemas de nosso país. Entretanto, um aspecto particular de aposentados de instituições, como as universidades públicas, ainda não foi levantado, razão das presentes considerações.

Tomando meu caso como exemplo: sou aposentado pela USP, depois de ter cumprido, na ativa, mais do que o tempo estabelecido pela legislação vigente. Tenho 80 anos e ressalto que sou

aposentado mas não inativo. Continuo ministrando aulas na USP e orientando doutorandos, graciosamente, isto é, sem receber quaisquer proventos além dos que recebo pela minha aposentadoria. Não sou o único aposentado nestas circunstâncias.

Acredito poder falar em nome de meus colegas que estão na mesma situação, de que encaramos estas atividades como maneira de retribuir à universidade que nos acolheu, com a oportunidade de transmitir aos jovens em atividade nossas experiências

de muitos anos de ensino e pesquisa. Considero, por isso, injusta a proposta de taxaço dos aposentados que, na prática, significaria redução de salário.

Este é um aspecto particular de outro mais amplo, ou seja, a proposta de estabelecimento de teto de vencimentos para os docentes em atividade com regime de dedicação integral à docência e à pesquisa, o que desencorajaria a continuação deste regime, razão do destaque das universidades públicas em relação às particulares.”

Os intelectuais contra a Reforma da Previdência

Publicamos a seguir os depoimentos dos professores Cândido Vieitez (Unesp), Ricardo Antunes (Unicamp) e Aziz Ab'Saber (USP e Unesp) no ato realizado em 10/6 na USP, e no qual aprovou-se por aclamação o “Manifesto de Alarme Contra a Proposta do Governo de Reforma da Previdência”.

Outros depoimentos foram publicados no Informativo Adusp 141

CÂNDIDO VIEITEZ

“É preciso apelar para o povo trabalhador, é preciso nos organizarmos tantas vezes quantas sejam necessárias, e lutar contra esse tipo de reforma”



A CUT é um sindicato que emergiu no país com uma proposta nova, sobre a qual se gastaram rios de tinta de louvor dizendo da sua importância, da renovação que ela traria ao sindicalismo brasileiro. E hoje nós vemos com alguma perplexidade a CUT não se posicionar, não se colocar como imaginávamos que o faria.

Com relação à reforma da Previdência, como já foi colocado por outros colegas da mesa, vemos esse assalto aos direitos dos trabalhadores desde os anos 70. Me parece um movimento mundial. Direitos que nós imaginávamos que já fariam parte da civilização, que estariam consolidados, que estariam incorporados na sociedade. E no entanto vemos que isso não é verdade e parece que a gente volta sempre ao ponto de partida.

Esperávamos — muitos de nós, mesmo não sendo petistas, esperávamos — que a posição do PT face a esse tipo de problemas, reforma da Previdência, saúde, legislação trabalhista, fosse de outra natureza. A reforma da Previdência proposta, como já foi dito, absolutamente não parece um problema de orçamento, mas um problema político, um problema de criar negócios, um problema de transferir renda, não para o trabalho, mas para

o capital, uma violenta transferência de renda, mais uma.

É uma coisa realmente muito triste de verificar que um governo que tem se dirigido aos trabalhadores, e que certamente pôde chegar onde chegou devido ao voto popular, agora esteja nesta posição que de popular obviamente não tem nada.

É complicado, porque nos perguntamos para onde vamos, quais são as organizações que nos representam, quais são as organizações nas quais poderemos confiar. Obviamente não tenho a resposta, mas é preciso persistir, é preciso apelar para o povo trabalhador, é preciso nos organizarmos tantas vezes quantas sejam necessárias, e lutar contra esse tipo de reforma, e outras virão, se as coisas continuarem nesse pé, virá uma reforma trabalhista, já se diz disso, que também não terá um teor absolutamente popular, mas muito pelo contrário.

Então penso que precisamos usar a imaginação, mas resistir, nos organizarmos pela base, e seguir o exemplo do Fórum das Seis, conclamar os brios da CUT e os demais sindicatos, no sentido de que possamos resistir, se possível evitar esse prejuízo que está posto e outros que provavelmente virão se as coisas continuarem assim.

RICARDO ANTUNES

“Esta contra-reforma está impondo a ampliação do tempo de trabalho, ao invés de enfrentar o problema do desemprego”



É um momento importante, nem os mais críticos do atual governo poderiam ter idéia de que os descaminhos do governo nos primeiros meses seriam de tal envergadura. Nós não estamos à frente de uma reforma da Previdência. Nós estamos na verdade à frente de uma contra-reforma da previdência. No seu sentido privatista dos fundos de pensão, no seu sentido de arrocho no conjunto, na média que se fará, da qual resultará o salário ao final de um período, tudo isso configura um quadro muito triste.

Temos no mundo hoje uma situação explosiva de desemprego. A população humana que trabalha é de 4 bilhões de pessoas. Um terço delas se encontram precarizadas, realizando trabalhos parciais, temporários, e uma parcela — que a OIT fala em 185 milhões de pessoas mas que é muito mais do que isso — se encontra desempregada. Qualquer governo que queira se contrapor a esta questão, a esta barbárie que é o desemprego, qualquer governo que queira minimamente obstar esse projeto de quebra da dignidade humana, pois que não ter trabalho no mundo atual é a perda completa da dignidade humana, que faria? Lutaria, como lutam os sindicatos e os traba-

lhadores em escala ampliada, pela redução da jornada e do tempo de trabalho.

O que é que esta contra-reforma da previdência está nos impondo? É o contrário, é a ampliação do tempo de trabalho. As classes trabalhadoras devem trabalhar mais tempo, as mulheres devem trabalhar mais tempo, os homens devem trabalhar mais tempo, de modo que o desemprego aumente, e os lucros que decorrem dos investimentos da Previdência se beneficiem, o capital volátil, este que o Chico de Oliveira acaba de nos mencionar.

Foi dito também aqui que se há um espaço que dignifica e que traz cidadania, essa palavra é tão usada, tantos setores falam tão livremente em cidadania, pois se quer desmontar talvez o único espaço de prática de um trabalho de cidadania. E se quer enfrentar o desemprego — o atual governo falava em criar 10 milhões de empregos — como, ampliando o tempo de trabalho? Então nós estamos numa situação em que, primeiro, é possível mostrar que há alternativas. Por essa mesma batalha lutam hoje os trabalhadores na França, por essa mesma batalha ontem fizeram manifestações até os trabalhadores na Áustria.

É muito importante que, além desses embates travados nas esferas política e jurídica, ressurgja um movimento popular forte, um movimento dos funcionários públicos, aliado com outros setores importantes que vão se prejudicar. Essa reforma não é uma reforma nem universal, nem digna, nem generalizante para o conjunto dos trabalhadores. Ela acaba precarizando uma grande parte também do trabalhador assalariado. Falava-se tanto na teoria do pêndulo no

governo passado, nós sabemos que no governo passado o pêndulo nunca mudou de lado. O que nos assusta é que nesse governo o pêndulo continue estancado, no mesmo lado direito. Só com luta social, só com pressão popular, só com manifestação.

Nós queremos sim uma reforma da Previdência que seja digna, que seja ampla, e que seja universal, e isso que está aí é um engodo de reforma da Previdência e a ela nós temos que dizer não.

AZIZ AB'SABER

“Querem que a gente vá para debaixo da ponte é crime nacional, e uma tragédia econômica. Os governantes são idiotas!”



Em primeiro lugar, tenho a maior dificuldade para falar para a juventude brasileira e sobretudo para a juventude que está reunida aqui. Nós tínhamos um ideário da verdadeira democracia, tínhamos um ideário da universidade formando pessoas das mais diversas áreas para servir ao país, reorientar o país em tudo o que fosse necessário, e de repente parece que tudo se acabou. E as chamadas reformas do governo estão de tal maneira atabalhoadas e de tal maneira sem confiança da população, dos intelectuais, dos cientistas, que nós não temos mais nada a dizer a não ser protestar.

Eu queria lembrar aos jovens aqui presentes que há muitos anos houve um movimento de jovens muito bonito, extraordinário, em que se reviu o conceito de universidade e passou-se a entender a universidade como uma espécie de templo do saber mas muito mais do que isso, uma universidade crítica, uma universidade capaz de observar, de meditar, de criticar as coisas erradas, de defender as coisas certas e sobretudo pensar no país como um todo e não no detalhe.

Dentre as coisas que eu posso lhes dizer, que vêm acontecendo, e que nos deixam mais do que indignados, eu pessoalmente não posso me indignar, uma vez eu fui ouvir uma palestra sobre a Amazônia e tinha um representante do Fernando Henrique num canto, e o último a falar foi ele. Ele então se virou para as pessoas que falaram coisas muito boas e disse o seguinte: “Eu ouvi falar muito em índios, será que vocês não têm capacidade de ensinar economia auto-sustentável para os índios?” Depois dessa eu saí da sala e cheguei em casa e já tinha perdido um olho, uma trombose.

Há um mês algumas pessoas, entre elas um representante de uma ONG tradicional de São Paulo, retiraram um velho projeto do Fernando Henrique de concessão de área na Amazônia para grupos nacionais e estrangeiros, leia-se ONGs, que quisessem vir para a Amazônia e fazer economia sustentável para o governo. E no governo Fernando Henrique se pensou em 50 milhões de hectares. Provavelmente poucas pessoas entre nós sabem que 1

milhão de hectares é 10 mil km quadrados de área. 50 milhões de hectares são 500 mil km quadrados de área, duas vezes o Estado de São Paulo.

Mas agora retiraram o projeto e falaram em 25 milhões de hectares, que continua sendo uma soma-tória igual ao Estado de São Paulo. Fizeram um jantar aqui em São Paulo para a pobre Marina, eu gosto muito dela, mas ela é simplória e atenciosa e gostou muito que o pessoal se reunisse para fazer um jantar para ela, e alguns entregaram ao governo os seus ideais de ONG. E mandaram para a Suíça um senhor chamado Tarso, aparentemente Tarso de Carvalho, é o único nome que eu gostaria de citar aqui criticamente, sobre quem eu tive as informações dos professores de Piracicaba e do Horto Florestal de São Paulo, uma pessoa apenas falante, que não sabe coisa nenhuma de Brasil e da Amazônia, e ele foi enviado para a Suíça, para negociar as áreas da Amazônia, esses 25 milhões de hectares que na verdade no projeto estão como 50 milhões de hectares. E nós protestamos, eu fui um que protestei, e a Marina mandou parar com o processo.

Pois bem, esse moço estava lá em Genebra para oferecer áreas quando a Marina percebeu que existiriam muitas críticas, e o resultado foi que ela bloqueou o processo. E aí o cidadão que comandava o processo de uma ONG famosa de São Paulo disse o seguinte: “Nós vamos realmente retirar o processo, mas não vamos abandonar a idéia, vamos apenas melhorá-lo”. Quer dizer, vão reduzir um pouquinho dos 25 milhões de hectares ou dos 50 milhões de hectares e vai continuar assim.

Então, para os jovens que estão aqui presentes, e as pessoas que são da nossa amizade, da nossa consideração e da nossa confiança, eu devo dizer que nós da universidade vamos ter que ter uma necessidade nova, escolher professores sem pré-indicações de

um ou de outro componente do departamento, como acontece aqui dentro da Universidade de São Paulo, coisa absurda. Eu queria dizer a vocês que uma das melhores pessoas que saíram de Rio Claro, formada em biologia, depois fez pós na Alemanha, é uma competantíssima pesquisadora, não foi aceita na USP, foi para a Austrália, ficou dois anos lá, e parece que ela não era apreciada por alguns membros do departamento ao qual eu servi por 36 anos. Então essas coisas desagradam, não podemos mais deixar que aconteçam coisas como essa.

É a hora de meditar, de pesquisar, de criticar os governantes, não no nível pessoal, mas no nível de idéias erradas, de propostas erradas, de reformas absurdas. As pessoas que já falaram aqui mostraram que a reforma pode dar em nada. Tirar um pouco de dinheiro de alguns de nós que fizemos uma carreira de 36 anos e trabalhamos há 54 anos na universidade não é nada, podem tirar. Mas querer que a gente vá para debaixo da ponte, e que eles façam do dinheiro o que eles queiram é crime, crime nacional, não há como aceitar estas coisas.

Por outro lado, do ponto de vista econômico é uma tragédia, porque professor, classes médias profissionais, ganham para poder comprar as coisas que as indústrias fazem e que a zona rural produz. Ninguém tem dinheiro para mandar para o exterior, é aquilo que movimenta o mercado, e isso não está na cabeça dos governantes. Eles são idiotas, idiotas e idiotas no meu modo de ver!

Outra coisa que eu queria lhes dizer para completar está relacionada com a tragédia da CPI. Agora ficou caracterizado que houve a saída por parte de pessoas bem aquinhoadas, que tiveram grandes riquezas, de 30 bilhões de reais ou dólares, não se sabe bem, para os EUA, e o governo não quer fazer a CPI desse fato, mas querem fazer a reforma da Previdência e outras reformas inúteis. Às vezes eu tenho a impressão de que não está havendo nada em relação ao futuro do país.

GT Fundações encerra suas atividades

Diretoria da Adusp reafirma proposta de transição, que será entregue em agosto ao Reitor como relatório de minoria

O trabalho do GT-Fundações, organizado pela Reitoria para discutir os problemas causados pelas fundações privadas na USP, propiciou uma discussão proveitosa entre diversos segmentos da universidade, incluindo a representação das fundações privadas. Entre os 40 membros do GT, havia cinco estudantes e cinco representantes da Adusp.

Ao longo de todo o processo, a Adusp editou jornais acerca dos debates — num total de cinco edições — que divulgaram amplamente o conteúdo dos debates e idéias apresentadas no decorrer dos trabalhos.

Na última reunião, no dia 25/6, foram tomadas as deliberações finais e ficou estabelecido que haveria um relatório de maioria e até dois relatórios de minoria, de modo a expressar toda a gama de opiniões presente no grupo de trabalho. No início de agosto haverá um encontro com o Reitor no qual serão entregues os relatórios.

A partir da reflexão acumulada sobre a questão das fundações e de argumentos substantivos apresentados por diversos colegas durante os trabalhos do GT-Fundações, a diretoria da Adusp elaborou uma proposta orgânica acerca do tema, cujo eixo central é a construção de um processo de transição para uma situação onde seria desnecessária a intervenção de fundações privadas (ditas de apoio) na vida cotidiana da universidade. Esta proposta incluía os seguintes eixos (a íntegra da proposta, “Por um processo de transi-

Votações realizadas na reunião de 25/6

	A Favor	Contra	Branco
Proposta 1	10	20	1
Proposta 2	14	15	1
Proposta 3	11	18	1
Proposta 4	6	17	6

ção”, está no site da Adusp, www.adusp.org.br :

1 Proibição de realização de convênios entre a USP e qualquer fundação privada que tenha, em sua administração ou conselho curador, docentes em RDIDP, membros da administração da universidade ou de seu Conselho Universitário;

2 Fim da flexibilização do RDIDP, introduzida no Estatuto em 1988;

3 Gratuidade de todos os cursos e treinamentos organizados sob responsabilidade da USP;

4 Durante o período de transição, existência de uma única fundação pública (eventualmente a FUSP, tornada pública), de modo a não dificultar o desenvolvimento do trabalho acadêmico;

5 Criação de um órgão central, ligado à Reitoria, para gerenciar convênios e identificar e remover entraves burocráticos e administrativos ao desenvolvimento de projetos que sejam do interesse acadêmico da universidade;

6 Ação política da Reitoria no sentido de negociar a remoção de dificuldades legais e burocráticas que hoje atrapalham o bom andamento do trabalho acadêmico e a administração universitária.

Expressão do fato que a discussão no interior do GT foi proveitosa, algumas das idéias apresentadas pelas bancadas da Adusp e dos estudantes receberam o endosso da maioria dos membros do GT e deverão constar do relatório de maioria. Por outro lado, os quatro primeiros eixos mencionados acima tiveram votação minoritária e portanto constarão de um relatório de minoria a ser encaminhado ao Reitor, às congregações e, posteriormente, ao CO. A tabela acima indica as votações nos itens 1 a 4 mencionados.

Registre-se que, no caso dos cursos pagos, a proposta majoritária foi remeter aos Conselhos Centrais a cobrança ou não apenas dos cursos que não são de graduação ou pós-graduação *strictu sensu*.

Havia no interior do GT três pontos de vista distintos sobre o tema das fun-

dações. Por decisão de seu congresso, os estudantes defendiam o fim da ligação entre a USP e quaisquer fundações.

A representação da Adusp, como mencionado acima, defendia a construção de um processo de transição em direção a uma situação onde as fundações, ditas de apoio, criadas apenas com o pretexto de tornar as atividades na universidade mais ágeis, seriam desnecessárias.

Por fim, um terceiro ponto de vista manifestava a intenção de normatizar, controlar, auditar e estabelecer regras de cobrança de overheads, de modo a administrar a situação vigente.

Começa agora o embate político para saber em que proporção cada um destes pontos de vista irá participar da decisão final do CO da USP. A Adusp fará todo esforço para organizar o debate sobre esta questão tão importante para a construção de uma universidade efetivamente pública na lógica de seu funcionamento e na destinação da sua produção, de modo que os eixos centrais da luta histórica em defesa da Universidade Pública possam

Servidores federais poderão entrar em greve em 8/7

Representantes dos servidores públicos federais, entre eles as associações de docentes universitários, aprovaram indicativo de greve para o dia 8/7, em protesto contra a reforma previdenciária. Haverá plenária dos servidores no dia 5/7 para discutir a questão, mas tudo indica que a greve ocorrerá. “A não ser que aconteça uma reviravolta fenomenal durante a semana”, brinca o professor José Domingues

Godoi Filho, vice-presidente do Andes-SN.

Entre as universidades federais cujas seções sindicais de docentes já deliberaram a favor do indicativo de greve para 8/7 estão UFRJ, UnB, UFMG, UFAM, UFAC, Unifap, UFMA, UFPI, UFPE, UFBA, UFC (Ceará), UFMT, Unirio, UFF, UFU (Uberlândia), UFCG (Campina Grande) e EFOA (Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas).

Aprovaram o indicativo, mas ainda não marcaram

data para a greve, as sessões sindicais de docentes de outras universidades públicas federais, entre elas a UFES e a UFS (Sergipe). O quadro completo pode ser conferido no sítio do Andes-SN (www.andes.org.br).

Também já aprovaram indicativo de deflagração da greve a Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal) e a Fenajuf (Federação Nacional dos Servidores do Judiciário Federal). Além disso, declararam o seu

apoio à greve os juízes filiados à Anamatra, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

“A razão da greve é não termos conseguido, até o momento, sensibilizar o governo em nossa luta pela previdência pública. Então vamos lançar mão de nossa arma mais forte”, explica o professor Domingues. Ele esclarece que a greve será difícil, mas será também uma das mais importantes que os servidores já tenham feito.

O CR e a luta contra a PEC 40

A discussão ocorrida no CR de 17/6 colocou a questão da reforma da previdência como o tema principal de luta para os próximos meses. O que está em jogo é muito mais que simplesmente a perda da aposentadoria integral e da paridade entre ativos e aposentados.

Trata-se de um processo de privatização da Previdência, através da criação de fundos de pensão, que, se aprovada, não só derrubará o modelo de Previdência pública, solidária e incluyente, mas também desviará uma quantidade imensa, sem paralelos, de recursos públicos para as mãos da especulação financeira.

O CR considerou, na reunião de 17/6, a necessidade de construção de um espaço de discussão e participação nas unidades, o que nos parece fundamental para enfrentarmos a batalha que, pretendemos, culmine com a retirada, por parte do governo, da proposta de reforma da Previdência.

Reforma será discutida em audiências públicas

A Comissão Especial da Câmara Federal criada para examinar a PEC 40 aprovou a realização de cinco audiências públicas para discutir a reforma. Assim, a comissão terá que se deslocar para os estados onde serão realizadas as audiências (SP, RJ, RS, MS e BA), o que poderá retardar a votação da PEC 40, contrariando assim os desejos do governo.

O requerimento, de autoria do deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), foi aprovado por 15 votos a 14. Sua aprovação foi uma derrota para o governo, contando com os votos não somente da oposição conservadora, mas também de quatro deputados da base governista, entre eles a deputada Jandira Feighali (PCdoB-RJ).

Filiação à Adusp, já

A edição 30 da Revista Adusp (Especial Previdência) foi encaminhada para todos os docentes, inclusive os não filiados à Adusp. Normalmente, a Revista Adusp é enviada apenas para os docentes filiados.

A direção da entidade tomou esta decisão não somente pela gravidade da situação do tocante à Previdência, mas também como forma de estimular a filiação desses colegas.

Assim, a edição 30 chegou às mãos desses docentes acompanhada de uma carta que lhes solicita a filiação à Adusp. É importante que a categoria participe intensamente da entidade, e a filiação é um passo indispensável nessa direção.

Os colegas já filiados estão convidados a juntar-se ao esforço de ampliar o número de associados!



**Debate no dia 3/7
(quinta-feira)**

“O que está por trás da reforma da Previdência?”

Expositor: professor Francisco Miraglia
16 horas • Auditório Abraão de Moraes-IF
Organização: Adusp - IF